



# SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Este sindicato reuniu-se na passada semana, dia 27, com a Senhora Ministra da Justiça e o Senhor Director Geral, para abordarmos alguns aspectos que consideramos relevantes no actual contexto da nova organização judiciária, para além de outras questões.

Desde logo a questão do regime legal a aplicar aos requerimentos de aposentação voluntária antecipada feitos durante o ano de 2013, os quais foram feitos com base na previsão constante da lei do orçamento de estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro), que urge regularizar uma vez que a CGA deverá em breve despachar aqueles requerimentos.

A Ministra reiterou o seu entendimento de que daquela lei resulta um regime excepcional para os oficiais de justiça, e por isso foi elaborada a proposta de despacho conjunto cuja homologação por parte das Finanças, se aguarda. Comprometeu-se em insistir pela decisão e desse contacto será dada informação a este sindicato.

Outra questão abordada foi, obviamente, a do horário de funcionamento das secretarias, até pelo disposto no art.º 45 do DL 49 /2014, de 27 de Março, que remete esse assunto para momento posterior e a fixar por portaria conjunta. Ora, tal questão não é neste momento considerada e, conseqüentemente, **mantém-se o horário em vigor!**

A reorganização judiciária, que a Ministra reafirma ser para concretizar a 1 de Setembro deste ano, foi também questão analisada. Desde logo pela incerteza que reina em face do desconhecimento de quais os critérios a adoptar para a conformação inicial das novas comarcas, seja em termos de mapas de pessoal seja em termos de reafectação dos funcionários. A senhora Ministra e o Senhor Director Geral comunicaram-nos que muito em breve nos seria dada informação sobre o projecto de portaria, sendo-nos garantido que, em regra, a opção passará pela manutenção das pessoas nos locais em que estão colocados, privilegiando um **critério de localização** que vem ao encontro daquilo que temos defendido junto da tutela. Nesta portaria serão também, como é óbvio, indicados quais os lugares de Secretários, Escrivães e Técnicos Principais necessários, ficando assim criadas condições para a abertura dos concursos de acesso a tais categorias, acabando assim um longo período de falta de perspectivas de evolução na carreira além de ser uma das principais lacunas no funcionamento dos serviços, a par da falta de funcionários.

Falta de funcionários que, como não podia deixar de ser, constitui uma enorme preocupação pelo que reafirmámos mais uma vez nesta reunião a insustentabilidade da actual situação. A Senhora Ministra assumiu também a sua concordância com esta nossa posição e deu conta que já solicitou ao Ministério das Finanças a autorização para abertura de procedimento concursal para ingresso de 600 funcionários.

Como já referido, estando presente também o Sr. Director-geral foi solicitado que o pagamento dos salários se fizesse através de uma única transferência, tendo em face os constrangimentos e custos que o procedimento actual (pagamento por tranches) pode originar em sede de contratos bancários dos funcionários.



# **SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS**